



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA – TEL

RENAN MATHEUS DA SILVA MARTINS

**LITERATURA E ATIVISMO: COMO OLHOS D'ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO
DIALOGA COM AS LUTAS POR JUSTIÇA RACIAL**

BRASÍLIA - DF

2025

RENAN MATHEUS DA SILVA MARTINS

**LITERATURA E ATIVISMO: COMO OLHOS D'ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO
DIALOGA COM AS LUTAS POR JUSTIÇA RACIAL**

Monografia apresentada ao departamento de
Teoria Literária e Literatura do Instituto de Letras
da Universidade de Brasília como requisito para a
obtenção do grau de licenciatura em Letras –
Língua Portuguesa e Respectiva Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Danglei de Castro Pereira

Orientando: Renan Matheus da Silva Martins

BRASÍLIA - DF

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter feito essa jornada possível, por ter mantido minhas forças mesmo quando eu já não as encontrava.

À minha mãe, Diva Domingos: mãe, a senhora foi o meu primeiro contato com a literatura, com a escrita e com a oralidade. A senhora não só possibilitou que livros entrassem em nossa casa, como também criou universos imaginativos em que eu podia ser quem eu quisesse. Mesmo que a realidade fosse dura com a nossa família, como é com tantas outras, a educação foi a trilha que a senhora me ensinou a caminhar. Obrigado por colher as pedras dessa trilha para que eu pudesse ver os campos.

À minha irmã, Juliana, que foi o meu afago, minha casa e minha inspiração, obrigado por sempre acreditar em mim.

Às minhas tias, Vera, Maria, Edi, Elizabete, Marta, Áurea, Geralda e Zelita, por me mostrarem que não existe reprovação quando se é formado na vida. Vocês são a representação da perseverança.

À minha avó, Zulmira, que criou todas essas mulheres sozinha e me ensinou que a educação existe mesmo quando a pobreza diz que não é possível. Vó, a senhora é a razão principal do meu tema; este trabalho não existiria sem você. Sua história pulsa em cada letra escrita aqui.

Ao meu amor, Nycolas, por ter recolhido minhas lágrimas com suas mãos e moldado cada uma delas até que virassem o que vejo nos teus olhos: alegria e gentileza.

Aos meus companheiros de vida acadêmica, Joyce, Hilanna, Andréa, Fabiane, Lorrany, Beatriz, Geovanne, Kedna e Adria, a vida na universidade foi mais feliz e mais rica com vocês.

À minha melhor amiga, Paloma, por ter sido minha ponte para tantos lugares que eu nunca imaginei alcançar, por ter subtraído minhas dores e multiplicado meus sorrisos.

Ao meu primo, Daniel, que, nesta jornada, sempre me acolheu com seu afeto e seu coração grandioso.

Ao meu orientador, Danglei, que me acolheu, aconselhou e demonstrou empatia pelas minhas dificuldades.

À educação pública, aos serviços de assistência social e às minhas professoras da educação básica.

“Olhe, tenho uma alma muito prolixa e uso poucas palavras. Sou irritável e firo facilmente. Também sou muito calmo e perdoo logo. Não esqueço nunca. Mas há poucas coisas de que eu me lembre.”

Clarice Lispector

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como *Olhos D'água*, de Conceição Evaristo, dialoga com as lutas por igualdade racial, destacando a obra como uma importante ferramenta de ativismo literário. A fim de relacionar, através de uma análise literária crítica, de que maneira essas narrativas, justapostas com o conceito de escrevivência, representam e possibilitam transformar a obra de Evaristo em um ferramenta de denúncia das experiências que cercam a população negra, especialmente no que tange às questões de racismo estrutural, sexismo e resistência, apresentando a escrita da autora como uma poderosa ferramenta de contestação e conscientização.

Palavras-chave: Literatura negra, Conceição Evaristo, escrevivência, racismo estrutural, epistemicídio, oralidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze how *Olhos D'Água*, by Conceição Evaristo, engages with contemporary struggles for racial equality, highlighting the work as an important tool of literary activism. It seeks, through a critical literary analysis, to examine how these narratives—juxtaposed with the concept of *escrevivência*—represent and enable Evaristo's writing to become a means of denouncing the experiences that surround the Black population, especially regarding issues of structural racism, sexism, and resistance, presenting the author's writing as a powerful instrument of contestation and awareness.

Keywords: Black literature, Conceição Evaristo, *escrevivência*, structural racism, epistemicide, orality.

Sumário

Introdução.....	7
1. Narrativas de resistência e oralidade: o ativismo pela palavra da mulher negra.....	9
2. Maternidade violentada, infância assassinada e identidade fragmentada [...].....	13
3. Epistemicídio e necropolítica em Olhos d'Água: literatura como prática política e denúncia do racismo estrutural.....	18
Considerações finais.....	26
Referências bibliográficas.....	29

Introdução

A literatura, desde tempos remotos, constitui um campo privilegiado para compreender as relações entre linguagem, poder e sociedade. Em diferentes períodos históricos, a produção literária refletiu e tensionou estruturas políticas e culturais, participando da formação de imaginários coletivos e da construção de identidades. Ao longo dos séculos, seja por meio do ideário iluminista, das narrativas fundadoras da nação ou das representações da modernidade urbana e industrial, a literatura exerceu a função de iluminar contradições sociais e de anunciar transformações. Embora muitas vezes marcada pela perspectiva dominante, ela sempre preservou um potencial crítico capaz de interrogar as desigualdades e de abrir espaço para vozes que as estruturas hegemônicas tentaram silenciar.

No Brasil, a literatura escrita por pessoas negras, especialmente por mulheres negras, emerge como um desses espaços de ruptura. Ao recusar leituras estereotipadas da população negra, que durante séculos foi representada sob o olhar branco, essas autoras reabrem caminhos para a construção de outras narrativas, fundadas na experiência, na memória e na denúncia das violências estruturais. A partir desse movimento, a palavra literária deixa de funcionar apenas como expressão estética e se torna instrumento de reivindicação política, de reconstrução identitária e de disputa simbólica.

Nesse contexto se insere o conceito de escrevivência, formulado por Conceição Evaristo. A escrevivência nasce da compreensão de que a escrita não é processo neutro, mas gesto que brota das vivências individuais e coletivas. Trata-se de uma prática que transforma a experiência negra, frequentemente marcada pela dor, pela precarização e pela luta diária pela sobrevivência, em enunciação potente. Memória, corpo e linguagem se entrelaçam para compor uma literatura que resiste à lógica do apagamento e recoloca a voz negra no centro da produção de sentido.

Na coletânea de contos *Olhos d'Água*, Evaristo mobiliza a escrevivência para narrar vidas que continuamente se equilibram entre afetos e perdas, entre gestos de cuidado e situações de violência. Seus contos expõem a fragilidade das existências negras em um país marcado pelo racismo estrutural, mas revelam também a força que sustenta esses personagens na luta diária por dignidade. A obra articula experiências de mulheres negras que enfrentam pobreza, abandono, violência policial, maternidades sequestradas, identidades fragmentadas e

infâncias interrompidas pela precarização da vida. Ao mesmo tempo, essas narrativas resgatam saberes ancestrais, práticas de oralidade, vínculos comunitários e formas de resistência que atravessam gerações. Trata-se, portanto, de uma literatura que denuncia e acolhe, que sangra e cura, que expõe feridas e reconstitui histórias.

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar como *Olhos d'Água* funciona como instrumento de ativismo literário e político. A obra é compreendida como espaço de denúncia das desigualdades raciais, de questionamento das violências naturalizadas e de reinvenção do lugar das mulheres negras na sociedade brasileira. Para iluminar essa análise, toma-se a escrevivência como eixo teórico central. Além disso, articula-se esse conceito às formulações de Sueli Carneiro sobre epistemicídio e às reflexões de Achille Mbembe acerca da necropolítica, compreendidas como forças estruturantes da experiência negra no Brasil contemporâneo. O epistemicídio, entendido como processo de destruição, invalidação ou esvaziamento dos saberes da população negra, e a necropolítica, entendida como administração diferencial da morte e da vida, permitem compreender como os contos de Evaristo revelam e denunciam mecanismos que moldam subjetividades, disciplinam corpos e regulam destinos.

Este trabalho realiza uma leitura literária crítica dos contos que compõem *Olhos d'Água*, com especial atenção às marcas narrativas que evidenciam as dinâmicas de violência e resistência que estruturam as personagens. O estudo observa como elementos como oralidade, memória, maternidade, infância, afetos, fragmentação narrativa e violência estatal se articulam para construir uma crítica profunda às políticas de morte e às práticas coloniais que persistem no Brasil. A análise organiza-se em três capítulos. O primeiro discute oralidade, memória e resistência, evidenciando como a palavra, ao mesmo tempo escrita e vivida, torna-se ferramenta de ativismo. O segundo capítulo se dedica às representações da infância, da maternidade e da subjetividade negra, discutindo como Evaristo evidencia uma trajetória marcada pela violência estrutural e pela precarização da vida. O terceiro capítulo articula os conceitos de epistemicídio e necropolítica para compreender como a obra denuncia a forma como a sociedade brasileira administra a vida e a morte de sua população negra, especialmente em territórios periféricos.

Ao investigar essas narrativas, busca-se demonstrar como a literatura negra, e particularmente a literatura de Conceição Evaristo, produz conhecimento, cria memória e questiona discursos naturalizados. *Olhos d'Água* é compreendido não apenas como testemunho das lutas por justiça racial, mas como prática política, que convoca o leitor a enfrentar estruturas de violência que permanecem atuantes no presente. Dessa forma, este

trabalho reafirma o papel da literatura como força transformadora e como instrumento de disputa no campo social, ético e político, destacando sua relevância para a construção de um país que possa, enfim, acolher plenamente todas as vidas que o compõe.

1. Narrativas de resistência e oralidade: o ativismo pela palavra da mulher negra em Olhos D'Água

A literatura de mulheres negras no Brasil é, por si só, um ato de reexistência que mobiliza memória e luta contra as opressões raciais, de gênero e de classe. O corpo desses contos representa a insurgência contra o silenciamento de vozes que, historicamente, foram marginalizadas pelo racismo estrutural que gerou e ainda reproduz inúmeras desigualdades.

Como observa Fernandes (2023, p. 17), “a mulher negra foi introduzida como personagem na literatura brasileira de forma tardia e marginalizada, refletindo a condição social e histórica dessa população no país”. Essa marginalização, porém, não foi apenas quantitativa, mas qualitativa, quando apareciam, as personagens negras eram quase sempre construídas sob o olhar branco, reduzidas a estereótipos. É o que denuncia Evaristo:

Estariam sendo construídas de forma estereotipada, como as personagens negras aparecem na literatura de autoria branca? [...] preguiçosos, adultos infantis, desorganizados em seus ambientes sociais e culturais, extremamente sexualizados com seus corpos infecundos, sujeitos incapazes de pensar ou viver sentimentos como o amor, o afeto. [...] Dificilmente se encontra a construção de uma personagem negra que represente a potência do ser humano com toda a sua dignidade (Evaristo, 2021, p. 28).

Esse movimento teórico se concretiza especialmente na obra *Olhos d'Água*, onde é contra essa violência epistêmica que a escrevivência se ergue. Com ela, a autora transforma a palavra em voz viva, o corpo do texto em corpo físico e a literatura em instrumento de reescrita da história: um lápis que redesenha o caminho da ancestralidade e da oralidade como meios de elucidar o que outrora não pôde ser dito, ou foi dito por vozes alheias à experiência de quem vive a própria condição narrada. Segundo Duarte em *Olhos d'água*, essa escrita alia lirismo e denúncia social, expondo de forma sensível e contundente as violências que atingem os sujeitos marginalizados e reafirmando sua identificação com as camadas excluídas da sociedade (Duarte, 2014, p. 208).

A oralidade ocupa um papel essencial nesse processo de reconstrução e afirmação identitária. Ela rompe com a ideia de que a literatura se limita ao registro escrito e valoriza o gesto de contar, o ritmo, a musicalidade e o ato coletivo de narrar. Na escrita evaristiana, a

oralidade assume um caráter político e comunitário, pois resgata modos de expressão ancestrais e os reinsere na literatura contemporânea como forma de contranarrativa simbólica.

E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos (Evaristo, 2021, p. 30).

Em *Olhos D'Água*, cada conto é atravessado por uma cadência que remete às narrativas orais e às histórias contadas pelas avós, o ato de narrar é também um ato de lembrar e de existir. Essa dimensão é perceptível em passagens como “Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância” (Evaristo, 2016, p. 16) e “Às vezes, no final da tarde, antes que a noite tomasse conta do tempo, ela se sentava na soleira da porta e, juntas, ficávamos contemplando as artes das nuvens no céu” (Evaristo, 2016, p. 17).

Essas lembranças orais e afetivas, quando se transformam em texto literário, fazem parte de um processo de reescrita de uma história apagada pela violência do racismo e epistemicídio, termo que, segundo Sueli Carneiro (2023, p. 109), designa as múltiplas ações que deslegitimam os saberes negros, “relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro”. A escrita de Evaristo é um gesto de enfrentamento direto a esse processo: sua palavra restitui o valor do saber negro, das experiências orais e da memória coletiva, transformando o espaço literário em um campo de reeducação social e epistêmica. Esse enfrentamento teórico ganha forma concreta no conto ‘Ana Davenga’, em que o saber é reabilitado como conhecimento legítimo, contrapondo o epistemicídio deslocando a autoridade cognitiva do centro branco para a periferia comunitária.

Historicamente reduzida a “objeto de produção ou de reprodução sexual” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 45–46), a mulher negra brasileira foi educada “para o trabalho” e não para esperar príncipes encantados condição que, na adversidade, forjou uma autonomia estrutural (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 46). Autonomia nascida da urgência, e não do privilégio, que brota a escrevivência como ato de insurreição simbólica. Evaristo converte o silêncio imposto pela exclusão em palavra insurgente, deslocando o corpo negro do estatuto de objeto para o de sujeito pleno de voz e história. Como a própria autora define: “Escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas” (Evaristo, 2021, p. 34). Trata-se, portanto, de uma literatura que fala

porque precisa respirar e, ao fazê-lo, inscreve-se na história pela força irrefreável da própria existência, da própria resistência.

Essa dinâmica se materializa na estrutura de Olhos d'água. A fragmentação dos contos, avessa ao enredo linear burguês e à continuidade cronológica típica da escrita branca hegemônica, reproduz a subjetividade autônoma dessas mulheres: pedaços de memória, saltos temporais, vozes que se sobrepõem como em uma roda de conversa na soleira da porta. Ao abrigar ritmos orais dentro do livro, Evaristo subverte a própria materialidade do gênero literário e desafia, com delicadeza e violência ao mesmo tempo, a hegemonia da escrita branca.

Essa subversão da forma não se limita ao aspecto estético; ela produz efeitos políticos diretos. A palavra, portanto, torna-se arma política e instrumento de descolonização do pensamento. A literatura de Evaristo e de tantas outras autoras negras desafia a destituição, afirmando o direito à palavra e conhecimento como formas de autonomia e de libertação.

Além disso, a própria oralidade que permeia Olhos d'água pode ser lida como um gesto de contra-hegemonia epistemológica. Se o racismo estrutural tenta suprimir a voz negra no espaço público, a autora reocupa esse espaço pela fala literária, pela voz que conta e denuncia. Cada narrativa, reafirma o pertencimento coletivo e o legado de resistência que perpassa as gerações, transformando a literatura em um território de cura e de memória. Assim, a literatura de Evaristo não apenas fala, ela ensina a ouvir. E ensinando a ouvir, descoloniza o próprio ato de ler.

Entre os contos que mais explicitam essa relação entre oralidade e resistência, destaca-se 'Maria'. Evaristo intensifica essa reabilitação do saber negro e da oralidade como formas de resistência, quando narra a rotina exaustiva de uma trabalhadora doméstica negra que, mesmo em meio à precariedade, mobiliza memórias afetivas e ancestrais para sustentar sua existência e a de seus filhos. Maria, parada no ponto de ônibus com a sacola pesada contendo "os restos" da festa da patroa "o osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa" (Evaristo, 2014, p. 39) reflete sobre a possibilidade de oferecer aos filhos algo novo: "As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos gostavam de melão?" (Evaristo, 2016, p. 39).

Essa interrogação interna, ritmada e repetitiva, evoca a cadência das narrativas orais transmitidas em rodas familiares, onde o ato de contar não é apenas informativo, mas afetivo e comunitário, resgatando o coletivo na solidão da periferia. Aqui, a oralidade interna de Maria funciona novamente como contranarrativa ao epistemicídio, pois transforma a escassez material em gesto de cuidado e memória, reafirmando o valor do saber cotidiano negro

forjado na adversidade do trabalho doméstico e da maternidade solo, contra a deslegitimação cognitiva imposta pelo racismo estrutural.

O encontro com o ex-companheiro no ônibus, pai de seu filho mais velho, desperta um fluxo de lembranças que mesclam nostalgia, desejo e dor, expressas em cochichos que mimetizam o diálogo oral: “E o menino, Maria? Como vai o menino? [...] Sabe que sinto falta de vocês? Tenho um buraco no peito, tamanha a saudade!” (Evaristo, 2016, p. 40). Essa troca sussurrada, marcada por pausas e repetições “Maria, não te esqueci! Tá tudo aqui no buraco do peito...”, reproduz o ritmo das conversas em voz baixa nas periferias, onde a intimidade resiste à vigilância pública.

No entanto, o assalto armado transforma esse momento de reconexão em tragédia: acusada injustamente de cumplicidade pelos passageiros, Maria é linchada até a morte, com gritos racistas como “Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois” e “Lincha! Lincha! Lincha!” (Evaristo, 2016, p. 41-42). Esses insultos, inseridos na narrativa como ecos de um silenciamento histórico, são subvertidos, sendo registrados literariamente, convertendo o grito de ódio em denúncia política. Como destaca Carneiro (2023, p. 314), a educação escolar e familiar omite os danos da negação da identidade negra, perpetuando a anulação do sujeito político; em “Maria”, a escrevivência confronta essa omissão ao humanizar a protagonista como sujeito autônomo, cuja autonomia – “educada para o trabalho” e não para ilusões românticas, conforme Gonzalez e Hasenbalg (2022, p. 46) é forjada na luta diária pela sobrevivência.

A fragmentação do conto, com saltos entre pensamentos internos “Será que os meninos gostam de melão?” repetido mesmo durante o linchamento e ações violentas externas, desafia a linearidade hegemônica da literatura branca, incorporando ritmos orais que evocam as histórias contadas pelas avós em soleiras de portas. Essa estrutura reflete a divisão racial do espaço segundo Gonzalez e Hasenbalg (2022, p. 21-22), onde o “lugar natural do negro” é a precariedade das favelas e o transporte público vulnerável, contrastando com os espaços protegidos da elite branca.

A violência extrema sofrida por Maria no ônibus lotado materializa a necropolítica que administra a descartabilidade dos corpos negros periféricos. “Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arrebentado e as frutas rolavam pelo chão” (Evaristo, 2016, p. 42). Mesmo dilacerada, sua última preocupação é transmitir ao filho a mensagem do pai ausente: Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho. Nesse gesto, a oralidade resiste como legado de afeto e continuidade geracional capaz de atravessar a própria morte.

Tal cena encarna o que Achille Mbembe (2018, p. 19) conceitua como necropoder: a soberania de decidir quem pode viver e quem deve morrer, expondo determinados corpos, sobretudo negros, pobres e periféricos, a uma rotina sistemática de violência e abandono. Ao aproximar a trajetória ficcional de Maria das dinâmicas reais de vulnerabilização racial no Brasil contemporâneo, Evaristo evidencia que a morte negra não é acidente, mas efeito de um sistema que hierarquiza existências. Assim, o conto “Maria” amplia o ativismo pela palavra, convertendo o trauma individual em denúncia política e em possibilidade de cura coletiva. Ensina o leitor a escutar as vozes silenciadas e a descolonizar o próprio ato de ler, ter um olhar crítico da leitura, um olhar não só não racista, mas um olhar antiracista, gestos que ocupam o espaço público com a insurgência da memória negra.

2. Maternidade violentada, infância assassinada e identidade fragmentada em Olhos d’água: do corpo disponível ao corpo que insiste em nascer

A escrivência de Conceição Evaristo opera como resposta estética e política a um regime que transforma corpos negros em territórios de exploração, controle e exposição. Se Maria sangrava no chão do ônibus tentando, mesmo em seus últimos instantes, transmitir ao filho o abraço do pai ausente, “Quantos filhos Natalina teve?”, “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos” e “Os amores de Kimbá” aprofundam o diagnóstico de um país que estrutura o mundo para que o corpo negro jamais seja visto com igual. A literatura de Evaristo não narra acontecimentos isolados; ela expõe o funcionamento de um sistema que define quem pode gerar vida, quem pode brincar e quem tem permissão de existir.

A maioria das personagens que construo se apresenta a partir de espaços de exclusão por vários motivos. Pessoas que experimentam condições de exclusão tendem a se identificar e a se comover com essas personagens. Um sujeito gay se vê nesse texto porque, também ele, vive essa experiência de exclusão. Um sujeito pobre tem a mesma identificação com uma personagem que vive a condição de pobreza. Uma mulher que se cumplicia com as outras se sensibiliza ao ler o conto “Maria” ou Insubmissas lágrimas de mulheres. Assim como a escritora ou o escritor ao inventar a sua escrita, pode deixar um pouco ou muito de si, consciente ou inconscientemente, creio que a pessoa que lê, acolhe o texto, a partir de suas experiências pessoais, se assemelhando, simpatizando ou não com as personagens. (Evaristo, 2020, p. 32)

Na leitura de Sueli Carneiro, essa máquina social está inscrita desde o início da vida. Para a autora, “as profundas desigualdades educacionais já verificáveis na infância entre crianças negras e brancas [...] funcionam como um prenúncio claro do lugar de subalternidade social que essas crianças negras estão destinadas a ocupar na vida adulta” (Carneiro, 2023, p.

110). Essa formulação desmonta qualquer tentativa de tratar as violências de *Olhos d'Água* como fatalidades: elas são expressões literárias de um padrão estrutural que atravessa gerações.

É nesse horizonte que se compreende a personagem Natalina. Seu corpo é administrado por forças externas: a mãe que prepara chás abortivos, a parteira que ameaça “devorar” recém-nascidos, o namorado que toma para si a criança não desejada, a patroa que lhe pede que gere um filho em seu lugar, o estuprador que a violenta no meio da madrugada. Essa disputa pelo corpo e pelo destino reprodutivo das mulheres negras não é apenas ficcional: ela ecoa um padrão social persistente. Como afirma Carneiro (2023, p. 70), “as mulheres negras morrem mais de causas maternas porque o racismo transforma uma predisposição biológica em um risco ampliado por condições sociais desfavoráveis”. Mesmo em regiões mais desenvolvidas do país, essa assimetria permanece, de modo que mulheres negras morrem 6,6 vezes mais por causas maternas do que mulheres brancas, segundo estudo de Alaerte Martins no Paraná (Carneiro, 2023, p. 69). Esse quadro estrutural atravessa também a ficção de Evaristo, materializando-se no percurso de Natalina, a personagem verbaliza essa assimetria quando a narrativa registra: “Era a sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho. Só seu. De homem algum, de pessoa alguma. Aquele filho ela queria, os outros não” (Evaristo, 2016, p. 43).

A violência sexual que funda a última gravidez não é episódio excepcional; ela se inscreve em uma longa história de erotização racista do corpo negro. A leitura de Carneiro ilumina essa lógica animalizante que estrutura a relação entre homens brancos e mulheres negras no imaginário brasileiro. Carneiro analisa esse imaginário com contundência:

O que se fortalece é a impressão de que não está acontecendo uma troca de amor e prazer entre iguais: o branco sente como se estivesse numa aventura com um ser feminino de uma outra espécie. É como praticar zoofilia num grau mais elevado; ter uma relação extraterrestre; um contato íntimo com o imponderável. (Carneiro, 2023, p. 124)

O estupro de Natalina repete esse roteiro: o agressor não a reconhece como mulher, mas como corpo disponível, como coisa. A desumanização erótica é mais um capítulo da colonização interna que, como explica Carneiro, não se resume à pobreza econômica: é também “pobreza cognitiva”, mecanismo produzido por quatro séculos de escravidão e por políticas públicas racialmente discriminatórias que moldam o destino de crianças, jovens e adultos negros (Carneiro, 2023, p. 108).

Essa “pobreza cognitiva”, mais do que carência de escolarização, é o resultado de um sistema que impede a mulher negra de ser autora de sua própria reprodução. Quando Natalina

gera para a patroa, troca a barriga pela sobrevivência e entrega filhos porque não pode criá-los, ela vive a evidência de colonização interna, em que decisões íntimas são sequestradas por necessidades impostas.

Os contos de Evaristo revelam que a violência racial age em todas as fases da vida. Zaíta, criança que corre atrás de uma figurinha perfumada, encarna o assassinato precoce da experiência infantil. A arma que deveria protegê-la é a mesma que a atravessa. Evaristo escreve: “balas, balas e balas desabrochavam como flores malditas, ervas daninhas suspensas no ar. Algumas fizeram círculos no corpo da menina” (Evaristo, 2016, p. 75–76). Não é caso isolado é a realidade. Como canta Azula, olhando pela mesma janela da favela: “Na minha casa, na minha vida pela janela / Um tiro todo dia, todo dia / [...] Todo dia com medo / Troca de corpo / Criança morta” (Azula, 2018).

O cenário é consequência direta de um Estado que desumaniza desde a escola. Carneiro denuncia que o ambiente escolar, em muitas situações, reforça estereótipos racistas, produzindo identidades opostas entre crianças brancas e negras. A autora afirma:

Assim o aparelho escolar reforça a perpetuação desses estereótipos negativos, em muitos casos deixando as crianças a mercê de autoimagem negativa. [...] estereótipos negativos são consistentemente ligados a negros. [...] almas de Senhor e almas de escravo. (Carneiro, 2023, p. 111)

Esse “massacre simbólico” muitas vezes antecede o massacre real. A escola, que deveria ser espaço de proteção, é palco de exclusão, como sintetiza Carneiro ao citar Trindade:

As crianças são simbolicamente massacradas, porque os estudantes, especialmente nós os negros, estudam em escolas públicas que produzem não a sensação de pertencimento, mas a exclusão e a ausência de pertencimento em relação à nossa sociedade é o empecilho à mobilidade social e cristaliza, naturalizando as desigualdades. (Carneiro, 2023, p. 111)

O massacre de Zaíta é literal. A bala interrompe o futuro antes mesmo que chegue a ser promessa. A irmã gêmea, Naíta, é quem tenta impedir que a morte transforme a criança em estatística: “Zaíta, você esqueceu de guardar os brinquedos!” (Evaristo, 2016, p. 76). É nesse gesto simples, chamar pelo nome, recusar o apagamento, que se exerce o contraponto heroico ao dispositivo de racialidade que, desde a infância, inscreve a negritude sob o signo da morte e submete-a ao mecanismo do “deixar viver e deixar morrer” (Carneiro, 2023, p. 67), mecanismo esse que historicamente se sustentou também pela estratégia política racista e sexista de invisibilização do recorte racial nas estatísticas e na atenção à saúde, tornando crianças negras estatísticas antes mesmo de serem nomes (Carneiro, 2023, p. 76). É o grito

que devolve nome, que reescreve a humanidade no corpo da irmã caído no chão.

“Os amores de Kimbá”, vai além de ilustrar uma identidade fragmentada para dramatizar a luta interna de um sujeito negro pela autopercepção em um mundo que só o enxerga como projeção ou fardo. Kimbá não é simplesmente "dois"; ele é um homem dilacerado pela imposição de papéis que o anulam. No asfalto, sua negritude é fetichizada pelo casal branco e abastado, Beth e Gustavo, que veem em seu corpo um "exótico" objeto de desejo, uma tela para suas fantasias sexuais e afetivas. Já no morro, essa mesma corporeidade é sufocada pela pobreza. "Seria tão bom se ele pudesse ser só ele. Mas o que era ser ele? Era ser o Zezinho? Era ser o Kimbá?" (Evaristo, 2016, p. 89). encapsula essa esquizofrenia social, mas a genialidade de Evaristo está em mostrar que o conflito é ainda mais íntimo:

Kimbá jogou água e sabão no chão e esfregando violentamente a sujeira como se estivesse com raiva. Estava mesmo, estava cansado do dia a dia no supermercado e da noite a noite com Beth e o amigo. Não aguentava mais. Ou era o amigo ou era Beth. Eles lhe dariam tudo, caso ele quisesse. Tanto um como o outro já lhe haviam feito a proposta, para que ele deixasse de trabalhar e fosse morar em casa deles. Era tentador. Deixar a favela. Deixar a miséria. Deixar a família. As rezas de Vó Lidumira o irritavam profundamente. A velha rezava por tudo e por nada. E ele não via milagre algum. Não via nada de bom acontecer com ela ou com a família. A avó nascera de mãe e de pai que foram escravizados. Ela já era filha do “ventre livre”, entretanto vivera a maior parte de sua vida entregue aos trabalhos em uma fazenda. A mãe e as tias passaram a vida se gastando nos serviços e nas cozinhas das madames. As irmãs iam por esse mesmo caminho. E ele, ele mesmo, estava ali, naquele esfrega-esfrega de chão de supermercado. (Evaristo, 2016, p. 92)

Esta interrogação é o cerne de seu drama, evidenciando que a fratura não é apenas entre dois espaços, mas no núcleo de sua própria subjetividade. A história familiar de Kimbá marcada pela escravidão, pelo trabalho precarizado e pela ausência de mobilidade social revela que sua crise não nasce apenas de conflitos individuais, mas de um legado estrutural que atravessa gerações. Segundo González e Hasenbalg (2022), a pobreza tende a se reproduzir de forma estrutural: famílias com baixa renda permanecem em condições precárias porque a falta de recursos compromete saúde, mobilidade social, escolarização e acesso a oportunidades. Para os autores, a ausência de esperança, incentivo e perspectivas pesa tanto quanto a carência material, de modo que a miséria se transmite de geração em geração.

O triângulo amoroso, longe de ser uma expressão de liberdade, é a arena onde a despersonalização de Kimbá se consuma. Ele se sente "cansado do dia a dia no supermercado e da noite, a noite com Beth e o amigo" (Evaristo, 2016, p. 92), percebendo-se como um instrumento para o prazer do casal. A percepção de que Beth era "inventada, fabricada para bulir com os sentimentos, com os desejos e com a vida dele" (Evaristo, 2016, p. 93) é crucial, pois revela que ele identifica a artificialidade daquele universo que inicialmente o seduziu.

Kimbá não só é descontente com o seu “eu”, mas também nega a subjetividade de sua própria família: “Detestava a voz alta e forte da mãe, detestava as rezas de Vó Lidumira, os cuidados das tias e os olhares curiosos das irmãs” (Evaristo, 2016, p. 89). Segundo Carneiro (2023, p. 129-130), o dispositivo da racialidade transforma a negritude na essência do “sujeito negro”, um sujeito sempre entre aspas, negando-lhe a condição de sujeito pleno e reduzindo-o a uma identidade fixa. Enquanto isso, à branquitude permanece assegurada a possibilidade de múltiplos “eus”, mantendo-se aberta à pluralidade que constitui efetivamente o sujeito. Assim, a fragilização subjetiva de Kimbá não é fruto apenas de suas experiências afetivas, mas é produzida também por esse mecanismo de racialização que limita o sujeito negro a uma identidade rígida, dificultando a construção de uma subjetividade plural.

O clímax trágico do conto, o pacto de morte, é a consequência lógica e brutal dessa ausência de uma identidade autêntica e de um projeto de vida próprio. Como afirmam Gonzalez e Hasenbalg, “o racismo não se limita à discriminação externa: a internalização de uma autoimagem negativa e a violência simbólica constante levam o próprio negro a ajustar suas aspirações aos ‘lugares apropriados’ definidos pelo grupo dominante” (2022, p. 113-114). Kimbá, impossibilitado de visualizar alternativas de existência fora dos papéis que lhe são impostos, acaba encontrando na morte a única decisão que parece estar sob seu controle. Ao decidir que “a morte selaria o pacto de amor entre eles”, Kimbá não encontra liberdade, mas a rendição final. Ele, que nunca teve controle sobre sua própria narrativa, assume ela apenas para encerrá-la, num ato derradeiro que é menos sobre amor e mais sobre a impossibilidade de existir como um eu inteiro em uma estrutura social que o esfacela. A narrativa, portanto, não se contenta em mapear a fratura, mas a examina até suas consequências mais extremas e sombrias.

Em “Os amores de Kimbá”, o sexo é sempre atravessado pela desigualdade racial e de classe, ele não é sujeito pleno de desejo, mas peça de um jogo que o ultrapassa. A decisão final pelo pacto de morte é expressão última da impossibilidade de pertencer a qualquer dos dois mundos. O gesto de deitar-se ao lado dos dois, após beber o veneno, é o colapso de uma vida inteira governada por interferências externas e internas do racismo estrutural. Não há mar, não há sonho, não há respiro. Há apenas saturação e cansaço do personagem.

Ao reunir essas três narrativas percebe-se uma costura entre maternidade violentada, infância assassinada e subjetividade partida: o corpo negro é permanentemente regulado, vigiado e significando pelo dispositivo de racialidade. Carneiro sintetiza essa lógica ao afirmar que os jovens negros têm “menos da metade da probabilidade” de chegar ao ensino superior em comparação a jovens brancos, evidência de uma desigualdade que se mantém

“perversamente estável entre gerações” (Carneiro, 2023, p. 108). A ficção de Evaristo transforma essa estatística em carne, voz e memória. Suas personagens vivem o que a teoria denuncia: a impossibilidade de mover-se livremente num país que organiza suas instituições, escolas, oportunidades e afetos de forma racializada.

No entanto, a escrevivência é a resposta. Ela devolve palavra, nome e contagem. Natalina conta os filhos como quem recusa o apagamento. Naíta grita como quem obriga o mundo a olhar para a irmã caída. A narrativa de Kimbá fala onde ele não pôde. A escrevivência funciona como resistência àquilo que Carneiro define como negação de identidade, pois negar a identidade negra é negar o lugar do negro como participante legítimo da comunidade política. O texto de Evaristo, ao contrário, reinscreve o corpo negro na história que tentaram arrancar dele.

A literatura de Evaristo, denúncia, cobra e, sobretudo, restitui. Ela transforma as mortes em narrativas, as estatísticas em nomes, o silêncio em voz. O corpo disponível insiste em nascer. A infância interrompida insiste em ser lembrada. A identidade fragmentada insiste em ser contada. E, enquanto a escrevivência continuar chamando cada corpo pelo nome, o racismo nunca terá a última palavra.

3. Epistemicídio e necropolítica em Olhos d'Água: literatura como prática política e denúncia do racismo estrutural.

A obra *Olhos d'Água* (2016), de Conceição Evaristo, articula, de maneira visceral e esteticamente elaborada, duas forças matrizes que estruturam e constroem a experiência negra no Brasil: o epistemicídio, que sistematicamente precariza, invalida e apaga saberes, subjetividades e potências intelectuais negras, e a necropolítica, que administra a morte e delimita, com base na racialização, quais vidas são tomadas como merecedoras de proteção e quais são consideradas descartáveis. Ambos os processos não aparecem apenas como categorias teóricas abstratas, mas se materializam como práticas concretas inscritas na carne e no cotidiano das personagens, moldando infâncias, corpos, maternidades, trajetórias de marginalização e os próprios vínculos comunitários. A escrevivência transforma essas vivências radicalmente situadas em crítica social aguda, expondo como a violência do Estado, a desigualdade racial estrutural e a exclusão histórica se sedimentam no tecido mais íntimo da vida negra, produzindo feridas abertas que atravessam gerações e que, mesmo assim, insistem em pulsar, resistir e afirmar existência.

O epistemicídio, conforme desenvolve Carneiro, constitui um mecanismo amplo,

persistente e estruturante de deslegitimação, que se concretiza, entre outros aspectos, “pela negação do acesso à educação, pela produção da inferiorização intelectual e pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento”, processo que fere de morte a racionalidade do sujeito e sequestra sua capacidade de aprender e de acreditar em seu próprio pensamento (Carneiro, 2023, p. 89).

A autora demonstra que esse fenômeno não pode ser compreendido como um efeito lateral da violência colonial, mas como parte inseparável dela. Carneiro (2023, p. 87), retomando Boaventura de Sousa Santos, argumenta que o epistemicídio acompanha o genocídio como parte da lógica colonial, eliminando não apenas povos, mas as formas de conhecimento que eles produziam. Para a autora, o epistemicídio é ainda mais amplo que o genocídio, pois atua em qualquer contexto em que grupos sociais considerados ameaçadores à ordem racial, capitalista ou política sejam subalternizados, ilegalizados ou marginalizados.

Ao aprofundar essa análise, Carneiro recupera a formulação de Charles Mills sobre o “contrato racial”, destacando que tal contrato opera por meio da produção de uma racionalidade distorcida. Segundo a autora, esse pacto social implícito “impõe uma epistemologia invertida, na qual os sujeitos brancos são educados para interpretar o mundo de modo distorcido, distorção esta sancionada como verdade pela autoridade epistêmica branca” (Carneiro, 2023, p. 93–94). Nesse sentido, legitima-se a hierarquia racial que autoriza a produção sistemática da inferiorização intelectual da população negra e naturaliza a dominação.

Essa violência epistêmica não se restringe ao passado escravista: ela opera de forma dinâmica e se atualiza sempre que populações negras são sistematicamente subalternizadas em discursos oficiais, criminalizadas pela mídia, interditadas em suas expressões culturais ou apartadas dos espaços de produção de conhecimento válido, mantendo ativa uma estrutura de exclusão durável que se reconfigura ao longo do tempo. Carneiro (2023) demonstra como essa estrutura se atualizou, por exemplo, nas políticas educacionais do século XX, responsáveis por uma simultânea “nacionalização do imigrante” e “desnacionalização do negro”, promovendo a integração de estrangeiros europeus enquanto relegava a população negra a um lugar de marginalidade cultural e cívica (Carneiro, 2023, p. 105). Assim, “a história do epistemicídio em relação aos afrodescendentes é a história do epistemicídio do Brasil”, sendo os africanos e seus descendentes os portadores do “ônus permanente da exclusão e da punição” (Carneiro, 2023, p. 98).

Em muitos momentos, Carneiro demonstra como esse processo se articula intimamente com a produção simbólica de uma identidade negativa, um constructo social que

afirma reiteradamente, por meio de estereótipos e silenciamentos, a incapacidade do sujeito negro de se constituir como produtor de conhecimento legítimo e portador de uma subjetividade complexa. Essa fragmentação, como detalha Carneiro no trecho a seguir, converte o conflito epistemológico em psicológico, produzindo efeitos paralisantes que Evaristo contrapõe com a vitalidade da escrivência:

O conceito de epistemicídio permite compreender que a identidade negativa atribuída ao Outro implica afirmar reiteradamente a sua incapacidade para elevar-se à condição de sujeito de conhecimento nos termos validados pelo Ocidente e, portanto, de ser portador de conhecimentos relevantes do ponto de vista dessa mesma tradição. Tal identidade negativa o impacta pela internalização da imagem negativa e o impele à profecia autorrealizadora que referenda a estigmatização, o conduz à autonegação ou ainda à adesão e à submissão aos valores da cultura dominante. Nesse sentido, o epistemicídio constitui-se numa parte do dispositivo de racialidade, que se desdobra no âmbito da subjetividade, nos termos concebidos por Sousa Santos, uma vez que o conflito epistemológico desdobra-se em conflito psicológico. O resultado é a subjetividade fragmentada, construída no entroncamento de uma herança cultural esfacelada pela violência colonial com a imposição dos valores ocidentais, via aculturação, que dificulta engendrar coletivamente as condições que conduzam à superação dos estigmas e resgate da plena humanidade. (Carneiro, 2023, p. 307)

Assim, o epistemicídio não só apaga saberes, mas fratura o eu negro, o que torna a literatura de Evaristo um ato de recomposição subjetiva. Tal identidade negativa impacta profundamente o psiquismo individual e coletivo pela internalização da imagem estigmatizada, impondo uma profecia auto realizadora que frequentemente conduz à autonegação ou à submissão acrítica aos valores da cultura dominante. A educação, tanto escolar quanto familiar, muitas vezes silencia sobre esses danos, omitindo-se e perpetuando-os, o que compromete diretamente a autonomia política das pessoas negras, já que a negação da identidade "implica, no plano político, destituir o negro da condição de participante de um grupo de interesse" (Carneiro, 2023, p. 313). Dialogando com a pensadora estadunidense Bell Hooks, Carneiro observa ainda que muitas mulheres negras desenvolvem atitudes de desconfiança ou desprezo em relação ao trabalho intelectual como forma defensiva de lidar com a profecia auto realizadora que as coloca como incapazes, produzindo um anti-intelectualismo que funciona, paradoxalmente, como estratégia de autopreservação dentro de um sistema que insiste em tratá-las como “fora do lugar” (Carneiro 2023, p. 114-115).

Contudo, Carneiro (2023, p. 358) aponta que a presença de uma professora negra comprometida com uma formação crítica e antirracista pode funcionar como contraponto decisivo ao epistemicídio escolar, despertando nos estudantes negros não apenas o desejo de excelência acadêmica, mas principalmente o fortalecimento crítico de sua identidade e a

percepção de si como sujeitos históricos. A importância desse contraponto é fundamental, pois, como destaca Carneiro:

Os livros operam como código de entrada para um mundo desejado e um saber almejado. É por isso que o papel da leitura se desenha como determinante na possibilidade de resistência ao dispositivo de racialidade e ao papel estratégico do analfabetismo no epistemicídio inserido no âmbito da racialidade. Todas as testemunhas acentuam a importância do hábito da leitura adquirido no interior da família como diferenciador da performance escolar que apresentaram em relação a outros alunos. Mais ainda, tratam a leitura como um hábito havido como necessidade e prazer ao longo da vida. De fato, o incentivo à leitura e à educação aparecem não apenas como ferramentas da educação formal, mas como forma de construção da autonomia de pensamento e ação que para eles deveu-se mais aos processos de aprendizagem extraescola do que aos da educação escolar formal. (Carneiro, 2023, p. 326).

É precisamente a esse apagamento sistêmico que a escrita de Conceição Evaristo responde, com a força insurgente da escrevivência. Mais do que um estilo, a escrevivência é um método e uma ética de escrita que parte do vivido, do corpo e da memória ancestral para construir narrativas que contestam as versões hegemônicas da história. Como afirma Salgueiro (2020), ao enfatizar a “oralidade, a ancestralidade e a atemporalidade” em sua poética, Evaristo aproxima sua escrita da tradição afro-diaspórica de transmissão de saberes e funda “uma possibilidade de leitura crítica afrodescendente” (Salgueiro, 2020, p. 101).

Silva (2020) observa que a autora desestabiliza padrões literários canônicos e “descoloniza a linguagem ao incorporar intencionalmente a oralidade”, as gírias, os ritmos e as sintaxes próprias das comunidades negras periféricas (Silva 2020, p. 127). Duarte e Nunes (2020) afirmam que a escrevivência evaristiana nasce de uma “leitura crítica dos séculos de escravização e dos seus desdobramentos contemporâneos” (p. 69), o que significa que sua literatura opera sempre a partir de uma consciência histórica que denuncia e confronta a permanência do racismo estrutural. Ao escrever para manter vivas as memórias que “ainda sangram” no corpo da população negra, Evaristo cria um pacto de leitura que reinscreve pertencimento, memória e ancestralidade.

Essa escrita, como observam os autores, herda e atualiza explicitamente as tradições de luta que remontam às insurreições de marrons e quilombolas, cuja resistência se converte, no campo literário, em gesto político de ruptura com o apagamento histórico. Desse modo, a ficção de Evaristo transforma práticas ancestrais de insurgência em forma estética contemporânea, restituindo à experiência negra sua densidade histórica, seu legado de resistência e sua potência de futuro (Duarte; Nunes, 2020). Assim, a narrativa de *Olhos d'Água* torna-se um gesto duplamente insurgente: é denúncia da violência e, simultaneamente, ato de recuperação e reinscrição. Ela recupera histórias apagadas e

reinscreve sujeitos negros na centralidade da produção de sentido e da humanidade plena.

Mbembe (2018) oferece a chave teórica mais contundente para compreender o horizonte de morte que atravessa Olhos d'Água. Para o filósofo, a expressão máxima da soberania reside na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer (Mbembe, 2018, p. 5). Essa lógica tem raízes profundas no regime escravista, onde o corpo do escravo se reduz a uma coisa pertencente a outro e a plantation funciona como espaço arquétipo em que o poder soberano decide cotidianamente sobre a condição entre vida e morte do subjugado (Mbembe, 2018, p. 20, 27-29). O racismo atua, assim, como tecnologia indispensável ao biopoder moderno, permitindo ao Estado e a outras instâncias soberanas decidir, de maneira seletiva e arbitrária, quais grupos podem ser expostos à morte física, social ou simbólica (Mbembe, 2018, p. 18). As favelas e periferias racializadas tornam-se, desse modo, territórios contemporâneos de morte, zonas de não-ser em que populações inteiras são convertidas em mortos-vivos, cuja existência permanece permanentemente governada pela lógica do extermínio e do descarte (Mbembe, 2018, p. 71).

De acordo com Duarte e Nunes (2020), é justamente diante dessa “ocupação colonial moderna” que a experiência da população negra exige um exercício permanente de resistência, uma vez que o racismo define quem importa e quem pode ser descartado, atualizando simbolicamente a lógica da escravidão. Essa chave interpretativa é decisiva para compreender as mortes que atravessam diversos contos de *Olhos d'Água*: vidas ceifadas, vidas negociadas e vidas percebidas como descartáveis. Personagens como Maria (“Maria”), Kimbá (“Os amores de Kimbá”) e Zaita (“Zaita esqueceu de guardar os brinquedos”) têm seus destinos marcados por essa política da morte, que administra as possibilidades de existência nas periferias racializadas. Em todos esses casos, Evaristo não apenas denuncia a necropolítica, mas reinscreve os corpos e afetos dessas personagens na esfera do sensível, recusando o apagamento que a lógica colonial tenta impor.

Em “Ana Davenga”, a protagonista vive a tensão constante e paralisante entre a alegria possível, representada pelo samba e pela vida comunitária, e a morte iminente, personificada pela ação policial. A cena inicial já coloca o corpo da mulher negra em estado de alerta máximo, onde qualquer som pode ser ambíguo: “As batidas na porta ecoaram como um prenúncio de samba. [...] Os homens cercaram Ana Davenga” (Evaristo, 2016, p. 23). O toque noturno, que na cultura popular poderia anunciar festa e confraternização, pode também, em um contexto de militarização da vida pobre, anunciar tragédia. Esta ambivalência é um sinal claro de uma vida administrada pela violência estatal e pelo risco permanente, onde a própria expectativa é corroída pelo medo. A narrativa evidencia como a experiência negra

feminina se forma sob o signo da precariedade e da perda antecipada, sobretudo quando Ana, grávida, pressente o perigo e busca proteger o futuro que carrega no ventre:

Ana Davenga alisou a barriga. Lá dentro estava a sua, bem pequena, bem sonho ainda. As crianças, havia umas que de longe ou às vezes de perto, acompanhavam as façanhas dos pais. Algumas seguiriam pelas mesmas trilhas. Outras, quem sabe, traçariam caminhos diferentes. E o filho dela com Davenga, que caminho faria? Ah, isto pertence ao futuro. Só que o futuro ali chegava rápido. O tempo de crescer era breve. O de matar ou morrer chegava breve, também. E o filho dela e de Davenga? Cadê Davenga, meu Deus? (Evaristo, 2016 , 29).

O futuro, frágil como “um sonho ainda”, é simbolicamente engolido pelo avanço impiedoso do aparato policial que, na cena final, irrompe não para prender, mas para exterminar Davenga e a própria Ana:

Ele sabia estar vencido. E agora o que valia a vida? O que valia a morte? Ir para a prisão, nunca! A arma estava ali, debaixo da camisa que ele ia pegar agora. Poderia pegar as duas juntas. Sabia que este gesto significaria a morte. Se Ana sobrevivesse à guerra, quem sabe teria outro destino? De cabeça baixa, sem encarar os dois policiais a sua frente, Davenga pegou a camisa e desse gesto se ouviram muitos tiros. Os noticiários depois lamentavam a morte de um dos policiais de serviço. Na favela, os companheiros de Davenga choravam a morte do chefe e de Ana, que morrera ali na cama, metralhada, protegendo com as mãos um sonho de vida que ela trazia na barriga. (Evaristo, 2016 , 30).

O conto expõe exemplarmente a lógica necropolítica em sua nudez brutal: o Estado, por meio de seus agentes, decide que aquelas vidas não são vidas a serem preservadas, mas alvos a serem eliminados. Mbembe (2018, p. 27) descreve a matriz histórica dessa violência ao analisar a condição do escravo, que resulta de uma tripla perda: perda de um lar, perda de direitos sobre o próprio corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale, segundo o autor, a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social entendida como expulsão fora da humanidade. A morte de Ana Davenga, baleada enquanto protege com as mãos a gravidez, gesto máximo de cuidado e continuidade da vida, reproduz e atualiza essa mesma tripla perda no presente da favela: o barraco invadido representa a perda do lar, o corpo grávido metralhado significa a perda de direitos sobre o próprio corpo, e o silêncio dos noticiários consagra a perda do estatuto político, a expulsão definitiva fora da humanidade contada. Torna-se, assim, uma cifra poderosa daquilo que Mbembe chama de “morte-em-vida”(2018, p. 29), uma condição em que a ameaça da morte passa a organizar toda a experiência do viver.

No conto “A gente combinamos de não morrer”, a necropolítica se revela como o horizonte incontornável da infância e da juventude negras urbanas. Logo no início, a personagem Dorvi se recorda do pacto juvenil que marca o destino coletivo dos meninos do

morro: “A gente combinamos de não morrer!” (Evaristo, 2016, p. 99). A frase, ao mesmo tempo ingênua na sua formulação e brutal na sua necessidade, sintetiza a consciência precoce e coletiva de que morrer jovem não é uma fatalidade abstrata, mas uma possibilidade concreta, rotineira e esperada. O narrador percorre a memória das perdas sucessivas que tecem sua biografia: Idago “vacilou, dançou”, morre ainda adolescente; corpos se empilham na lixeira como se fossem lixo orgânico; balas riscam a noite como uma coreografia inevitável e familiar. Em um dos trechos mais fortes e perturbadores, o personagem reconhece a fusão perversa entre prazer, violência e aniquilação:

A solução está definida. O destino traçado. Não há recuo. Não estou aflito. Não estou desesperado. Não estou calmo. Não estou inocente ou culpado. Apenas estou sabendo que daqui a pouco, questão de um dia e meio, não estarei mais. Nem eu, nem ele. Acabo com ele, mas isto não resolve. Outros acabarão comigo. Nosso trato de vida virou às avessas. Morremos nós, apesar de que a gente combinamos de não morrer. A morte às vezes tem um gosto de gozo? Ou o gozo tem um gosto de morte? [...] (Evaristo, 2016, 106).

Nessa cadência, a vida se confunde com pó, com fumaça, com lixo, com sangue, configurando uma existência radicalmente corroída pela precariedade extrema. Mbembe (2018, p. 71) define esse estado como a produção contemporânea de “mundos de morte”, territórios nos quais populações inteiras são submetidas a condições tão degradantes de existência que passam a ocupar o estatuto de “mortos-vivos”. Dorvi, Idago, os corpos incinerados na lixeira e as crianças que crescem sob a sonata seca das balas não são apenas vítimas de tiroteios aleatórios: são habitantes permanentes desse mundo de morte, onde o necropoder decide, a cada dia, quem pode respirar e quem deve ser descartado.

O pensamento de Dorvi sobre o mar como desejo de calma:

Quero a morte lenta e calma. Quero boiar no profundo fundo do mar. Quero o fundo do mar-amor, onde deve reinar calma. É lá no profundo fundo que vou construir um castelo para a morada de meu filho. Bica, predileta minha, vai também. Ela sabe que da ponta da escopeta também sai carinho. No fundo do mar, mundo algum explode. Bica, dileta minha, a vida explode. Explode, ode, ode, ode... Mar-amor. O meu desejo é um castelo de areia? Nem sei... Um dia, copo de uísque na mão, de lá de cima olhei o mar. Eu era grande, no alto de tudo. O mar lá embaixo abrindo todo, todo. Grande é o mar. (Evaristo, 2016, 104).

Ecoa profundamente a ideia de Mbembe segundo a qual, em contextos de opressão extrema e ocupação necropolítica, a própria morte pode ser percebida subjetivamente como uma mediação de liberdade, um meio capaz de interromper a servidão cotidiana e o estado de sítio permanente (MBEMBE, 2018, p. 68). Essa mesma percepção atravessa o conto “Os amores de Kimbá”, em que o protagonista, dilacerado entre o desejo fetichizado do casal branco e a miséria da favela, escolhe o pacto suicida como única forma de exercer soberania

sobre a própria existência: ao beber o veneno e deitar-se ao lado dos corpos de Beth e Gustavo, Kimbá converte a morte em ato derradeiro de controle, interrompendo simbolicamente a condição de objeto sexual e econômico a que foi reduzido. Em ambos os casos, a morte deixa de ser apenas imposição externa e passa a ser experimentada, paradoxalmente, como possibilidade de fuga, que caracteriza os mundos de morte descritos por Mbembe.

No centro do conto está também a perspectiva feminina da resistência cotidiana: a mãe, Bica, e as mulheres que amamentam as crianças do morro, insistindo nos ritmos da vida (o cuidado, a alimentação, o afeto) apesar do terror diário. Há uma consciência profunda, por parte da narradora, de que sobreviver já é em si um ato de resistência monumental, mas também de que a mera sobrevivência física não esgota a potência da vida.

Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro. Tenho fome, outra fome. Meu leite jorra para o alimento de meu filho e de filhos alheios. Quero contagiar de esperanças outras bocas. Lidinha e Biunda tiveram filhos também, meninas. Biunda tem o leite escasso, Lidinha trabalha o dia inteiro. Elas trazem as menininhas para eu alimentar. Entre Dorvi e os companheiros dele havia o pacto de não morrer. Eu sei que não morrer, nem sempre é viver. Deve haver outros caminhos, saídas mais amenas. Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua explodindo balas. Neste momento, corpos caídos no chão, devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia. “Escrever é uma maneira de sangrar”. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito... (Evaristo, 2016, 109).

Esta frase revela a dimensão catártica e testemunhal da escrita. Sangrar é um sinal de vida, mas também de ferida. A escrevivência, portanto, revela-se tanto como forma de inscrição e externalização da dor coletiva quanto como um contrapoder discursivo, capaz de sustentar e visibilizar humanidades complexas que o projeto necropolítico insiste em negar e reduzir a números ou estereótipos. Bica escreve em meio aos tiros para afirmar que sobreviver não basta, é preciso viver, e que escrever é a forma de sangrar e, ao mesmo tempo, permanecer viva. Bica representa a mulher negra periférica que, mesmo dentro do cerco da morte, insiste em registrar, em testemunhar, em deixar marca e a própria escrevivência em ação.

Como explica Carneiro (2023, p. 326), os livros operam como código de entrada para um mundo desejado, o mundo do conhecimento legitimado. Com Evaristo, a literatura se transforma em simultâneo abrigo, arma e território de reconstrução. As experiências de Ana Davenga, de Dorvi, de Bica, das mães e crianças faveladas funcionam como corpos-textos que expõem de forma dramática o entrelaçamento indissociável entre violência epistêmica, o apagamento de suas histórias, e violência material, a destruição de seus corpos. Seus contos não se limitam a denunciar a produção histórica de mortes e silenciamentos. Eles reconstroem

ativamente, com delicadeza e fúria, as vozes, os sonhos e as subjetividades negras que foram interditadas. Como afirma Fonseca (2020, p. 71), essa escrita herda e atualiza as linhagens seculares de resistência de marrons, quilombolas e mulheres negras, convertendo a literatura em um território privilegiado de memória, insurgência e denúncia ética. Ao recuperar narrativamente histórias que ainda sangram, Evaristo realiza uma reinscrição política das vidas negras no campo do sensível e do dizível, enfrentando pela força organizada da palavra literária séculos de desumanização sistemática.

Desse modo, *Olhos d'Água* opera como uma poderosa contra-ofensiva estética e política ao epistemicídio e à necropolítica. A obra realiza um movimento dialético fundamental: ao mesmo tempo em que denuncia com crueza a política da morte que administra a vida nas periferias, ela resgata e celebra os saberes, os afetos, a oralidade e as experiências íntimas e comunitárias que o racismo estrutural tentou soterrar. A escrevivência evaristiana transforma cada perda, cada corpo baleado, cada maternidade interrompida, cada infância roubada pela violência, em um grito literário que necessita ser visto, que precisa existir. É um grito que é também canto, lamento, crônica, manifesto e poesia. Esta combinação, mais do que um pacto ingênuo, é um projeto coletivo de futuro, uma recusa ética e política inscrita na própria matéria da literatura.

Considerações finais

Olhos d'Água de Conceição Evaristo, opera na fronteira indissociável entre literatura, memória e ativismo antirracista. Ao mobilizar a escrevivência, a autora rompe com modelos tradicionais que tratam a literatura como um espaço neutro ou despolitizado, reposicionando o texto como ferramenta de disputa simbólica e afirmação identitária. Graças a isso, as narrativas não apenas representam experiências de mulheres negras: elas produzem conhecimento, deslocam hierarquias e reconstroem a possibilidade de existir em um país que, historicamente, negou humanidade a seus corpos e silenciou suas vozes.

A despeito de retratar um Brasil marcado por maternidades interrompidas, infâncias violadas e trajetórias atravessadas pela precarização, a obra não se limita à exposição da dor. Ainda que revele a brutalidade cotidiana imposta às populações negras, Evaristo recorre a uma escrita que acolhe, reconcilia e reescreve a potência da literatura e poesia afro-brasileira. Cada conto reafirma que, mesmo diante de um Estado que naturaliza a morte e o abandono, existem laços afetivos, solidariedades íntimas e memórias ancestrais que sustentam vidas e são heranças históricas de inúmeras famílias. A obra se apresenta como um espaço de

denúncia, e possibilita a invenção de um novo futuro.

Outrossim, é fundamental reconhecer que a presença constante da espiritualidade negra não atua como ornamento narrativo, mas como força de reexistência e reorganização do mundo. A ancestralidade, as vozes das mais velhas e a cosmovisão afro-brasileira expandem a obra para além do plano social, constituindo uma epistemologia própria. Considerando que o cânone literário brasileiro por séculos silenciou produções de autoria negra, a escrevivência de Evaristo rompe com paradigmas excludentes e inscreve novas formas de pensar, lembrar e contar, tensionando estruturas que sustentam o racismo.

Em meio a esse cenário de desigualdades raciais persistentes, torna-se evidente que a literatura negra ultrapassa qualquer leitura simplista que a limite ao sofrimento. Nos contos de Evaristo, dor e denúncia existem, mas são atravessados por projetos de afirmação, memória e insurgência. A obra, ao revisitar histórias de apagamento, fome, violência e exclusão, devolve centralidade às vozes que foram sistematicamente silenciadas. Nessa lógica, a literatura se torna um território político, capaz de produzir deslocamentos e de revelar as fissuras do projeto racial brasileiro.

A maior dificuldade desta pesquisa e talvez sua maior força residiu no processo de revisitar dados, relatos e memórias que expõem a permanência da violência racial no cotidiano brasileiro. Indignação, tristeza, empatia, revolta e exaustão foram sentimentos constantes. Ao analisar camadas tão profundas de desumanização, tornou-se impossível não reconhecer que muitas das histórias evocadas por Evaristo atravessam famílias negras reais, inclusive a minha. Compreender que meus próprios familiares são sobreviventes de um sistema que nos empurra, geração após geração, para condições de subalternização foi um exercício doloroso, mas necessário. A escrita deste trabalho foi também um ato de enfrentamento, ver esse passado e presente violento, mas sem desviar o olhar.

Em última análise, permanece a certeza de que a literatura de Evaristo não pede permissão para existir. Ela toma o centro do discurso, desloca normatividades e convoca leitoras e leitores a um exercício permanente de descolonização do olhar. Seu texto exige responsabilidade ética, memória histórica e abertura ao incômodo, tensionando estruturas que sustentam o racismo e convocando para novas formas de convivência social.

Conclui-se, portanto, que Olhos d'Água além de ser testemunho das lutas por justiça racial, é também agente ativo dessas lutas. Ao transformar vivências negras em forma estética e política, a escrevivência se afirma como resistência concreta e como gesto contínuo de reinvenção da vida. Enquanto houver racismo, haverá escrevivência; enquanto houver escrevivência, haverá possibilidade real de um Brasil capaz de acolher plenamente todas as

vidas, histórias e memórias que insistem em permanecer, em escrever, em contar.

Referências bibliográficas

EVARISTO, Conceição. Olhos d'Água. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FERNANDES, I. O. (2023). Entre a invisibilidade e a estereotipia:. Revista Espaço Acadêmico, 23(242), 16-26. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/68704/751375156797>

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 4 v.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

AZULA. Troca. Sofar Sounds Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sofar, 2022. Vídeo (YouTube). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Q4LgPjvUVY>